

dinuo fora iniciado um grande trabalho para que o estudante fosse beneficiado com transporte gratuito, sendo talvez uma Câmara pioneira em tal sentido no Estado do Rio de Janeiro. Com relação às críticas sobradas pelo Passa, entendo que tais manifestações integravam o processo Democrático, mas sobretudo se exigia que se respeitasse ao Vereador e a Câmara como Poder Legislativo. Relatou a seguir a situação de um cidadão que sofreu um acidente na ponte de Praia do Biquiera com ferimentos graves e graves. Ainda sobre o caso, disse que chamado a ajudar o referido Senhor, tomara conhecimento que o mesmo era casero há mais de vinte anos, e que os antigos patrões haviam concluído a Casa na Ilha da Conceição, e os novos proprietários estavam forçando a demissão do casero, sem a indenização. Disse que naquela data, por volta das dezesseis horas, foi encaminhado a visitar a Ilha da Conceição, porque segundo denúncias uma rua estava sendo fechada, e, segundo um fiscal da Prefeitura o local estava fechando, e, colocando um portão que permaneceria aberto. No local, constatou a instalação de um portão eletrônico, o que contrariava a informação do fiscal, causando assim, prejuízos aos moradores que necessitavam de trânsito pela área. Consequente, disse que segundo informações da pessoa que denunciava o tal portão, havia autorização de um Vereador. Disse que o fato foi comunicado ao Prefeito, tendo o mesmo se comprometido a tomar providências, e por questão ética não revelava o nome do Vereador, e assim, encerrou sua fala. Nada mais tendo a falar, o Senhor Presidente em exercício, deixou a todos os funcionários da Casa, um festivo dia de trabalho, encerrando a presente sessão em nome de Deus. E para constar, mandou que se lavrasse a presente Ata, que depois de lida, submetida a aprovação nominal, aprovada, será assinada para que produza seus efeitos legais.

Ata do 1.º Sessão Ordinária (Reunião de
 Primeiro Turno) Legislativo da Câmara Municipal de Itaboraí, realizada na dita (sessão) de maio de ano de 1998

1
Os dezto horas do dia (05) maio do ano

de (1998) mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do Senador Abdir
Rauino de Aquino Neto, e com a ocupação da Primeira Secretaria pelo Senador
Rafael Augusto de Campos Filho, reuniu-se Ordinariamente a Câmara Municipal de Ca
beiro. Abaixo, responderam a chamada regimental os seguintes Senadores:
Rafael Augusto de Campos Filho, Dircio Rosa de Albuquerque, Antônio Carlos de Carvalho Almeida,
Edson Silva Bagalhães, Eduardo Corrêa Neto, Gustavo Antônio Guimarães Pinheiro,
Jânio dos Santos Mendes, Joaquim Schmidt, Manoel Jobino da Silva Filho, Ricardo
Almeida Corrêa, Raula Amaladeia Ramos Mônica, Edilton Roberto Figueira de Souza,
Osmar Campelo da Silva, Silas Rodrigues Neto, Valcy Rodrigues da Silva. Havendo
número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente sessão em no
me de Deus. A seguir, foram lidas e aprovadas as seguintes Atas: Ata da Decima
oitava Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo; Ata da Decima Oitava
Sessão Ordinária do Primeiro Período Legislativo. A seguir, o Senhor Presidente,
após o cumprimento do rito regimental, voltou ao Senhor Primeiro Secretário
a leitura do Expediente que consistiu do seguinte: Pendente - Prefeitura e Câmara Mu
nicipal de Itaquarima, assuntos em a honra de convidar os Senhores Vereadores
desta Casa para as festividades comemorativas do 157º aniversário de emanci
pação política - Administração do Município de Itaquarima, Pendente - Assembleia
Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, assunto: Em a honra de conu
dar o Exmo. Senhor Presidente desta Casa para a solenidade de entrega do Sí
mbolo de Armemento do Estado do Rio de Janeiro ao Desembargador Raulino
Alves da Silva Pampas, Pendente - Comissário de Serviços Públicos de
Rio de Janeiro, assuntos: Ausa e recebimento do Ofício nº 0038/98 que dis
põe sobre o Contrato de Concessão, Ofício nº 014/97 - Comissão Especial
da AGER, assunto: Soluto informações sobre a implantação do FUNDOP - Fun
do de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de valo
rização do Magistério, Indicação nº 099/98 de autoria do Senador Manoel
Jobino da Silva Filho, assunto: Escola do Exmo. Sr. Pref. Municipal a insto
ração de três luminárias nos postes situados na Rua Volary Club, come
çando na esquina com a Rua Ministro João Filho, Bairro Praça Formosa
do a leitura do Expediente; na ocasião, ordenou-se a entrega para o uso da
tribuna, o Senhor Presidente conduziu os trabalhos para o regimento dedicado a

Ordem do Dia. Nesta etapa, foram aprovadas as seguintes matérias: Aprovado parecer favorável da Comissão de Constituição e Justiça ao Projeto de Resolução nº 004/98. Aprovado requerimento de urgência nº 043/98 para o Projeto de Resolução nº 004/98 na Comissão de Educação Geral. Aprovada a Indicação nº 099/98. Simulado o Ordem do Dia, o Senhor Presidente transferiu a Tribuna para a Explicação Pessoal. Depois a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Fábio dos Santos Mendes, abordando inicialmente o caso da PROTAGOS, e, afirmando ter ficado satisfeito pela certeza de que em breves prazos, a Presidência da Câmara apresentaria novidades quanto ao questionamento por erro judicial do convênio assinado em a autorização do legislativo, com a PROTAGOS, concessionária da distribuição de água no Município. Prossequindo, comentou sobre o caso ementa mencionado pela Comissão Especial, enviado pela Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, presidida pelo deputado Roberto Lagoa, do PT, para acompanhar a implantação e funcionamento do FUNDEF no Estado do Rio. Disse que no interregno processado pela não execução da Comissão Especial da pelo Governo Federal, como determinava a Lei, havia a possibilidade para a criação de Comissões secundárias pelas Assembleias Legislativas. Adiante, disse ter recebido da Comissão Especial da Assembleia, o caso respondendo a indagações que fizera quanto ao FUNDEF, e não tinha dúvidas de que a Câmara Municipal não hesitaria em encaminhar a Assembleia do Estado o projeto do Orçamento do Município com relação a Educação, e Orçamento de aplicação do FUNDEF, o que sem dúvida irá esclarecer muitas dúvidas, visto não ter havido em Cabo Frio previsão orçamentária para o já referido FUNDEF. Disse que tal falta estaria provocando problemas na área da Educação em Cabo Frio, com o fechamento de escolas, redução no programa de merenda escolar, e o Colegiado Rui Barbosa já no segundo período letivo sem professores em suas áreas de ensino o que era muito grave. Observou que tal situação prejudicava cerca de seis milhões de reais que deveriam de ser aplicados na Educação, por falta, repete de previsão orçamentária para o FUNDEF, o que configurava crime de responsabilidade da Administração, que por este motivo recebeu sanções do Governo Federal, no que encerrou sua fala. O senhor, depois a Tribuna em Explicação Pessoal, o Vereador Omar Monteiro da Silva, abordando inicialmente

Em a questão da privatização da CESP, na posição do Mesa Encarregado da Pa-
sa, com relação a possível ação judicial quanto a questão. Disse que sendo
militante do PDT, que não postulava a privatização dos serviços essenciais,
reconhecia ser muito difícil defender a CESP, visto as inúmeras dificuldades
das que a população da região vive quanto ao fornecimento de água.
Prezando, disse que a realidade era irreversível e assim, a privatização
quanto a CESP não podia ser mais discutida. Adiante, ponderou que a
Câmara Municipal, por força de sua composição política deveria dar uma
satisfação a sociedade, trazendo um representante do Governo Estadual pa-
ra explicar quanto a privatização, visto a complexidade do assunto.
Disse não se atrever a convidar uma autoridade Estadual a falar sobre
a questão da privatização da CESP, porque não teria votos para aprova-
ção de seu requerimento. Observou que o ex-Prefeito José Benício Pa-
lito teria muito coisa a falar sobre a privatização da CESP, e, da
mesma forma o Prefeito Olair Correia. Ponderou ainda, que a Câmara de-
veria manter a posição de órgão para coordenar a questão do abastecimen-
to de água e, de forma alguma emitir empulhos para o processo. Disse em
primeiro momento que se o Governo não tivesse a iniciativa de esclarecer a
questão junto a Câmara, iria estudar a possibilidade de convidar o ex-Prefe-
to José Benício para tal finalidade, ou seja, esclarecer, falar sobre a
questão da água e seus distúrbios, no que encerrou sua fala. A seguir,
ocupou o tribuna em explicação verbal, o Vereador Manoel Gustavo da Silva
Gilio, comentando que o assunto abordado pelo orador que o antecedera era
pertinente, entendendo que diante dos problemas criados pela privatização
da CESP, era fundamental uma análise mais devida quanto a privatiza-
ção da CESP, pelo que solicitou um compromisso do Pleão de Renovação de
lamentar, no que encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em ex-
plicação verbal o Vereador Waldir Raulino de Aguiar Neto, passando di-
retamente a leitura do Artigo 30 da Constituição Federal, destacando o parágrafo
1º, dispondo sobre competência do Município para dar concessões e per-
missões para os serviços públicos de interesse local. Esclareceu que o Artigo
30, o levara a colocar dúvidas quanto a legalidade da privatização da
CESP, e assim, confirmamos que não nos cabe judicialmente, como cidadão,

tal manifestação do Governo Estadual. Disse em prossequimento que as privatizações levadas a efeito pelo atual Governo do Estado, se revelava altamente lesivas para a população, estando a privatização da Estrada RJ/24, quando primeiro havia sido concluído o pedágio, sem que qualquer obra fosse realizada, e, com alto custo para o usuário, sendo necessário o clamor de políticos e do povo para que providências fossem adotadas, para reduzir o valor para o pedágio. Com relação a CESP, disse que o consumidor estava recebendo o pior atendimento, e, a privatização tinha sido tão bem amarrada quem sabia a quem recorrer. Prossequindo, disse que com relação a CESP, não havia omissão, e, mais, que não se importava com as críticas pelo fato de ser candidato a Deputado Federal. Falou da multiplicidade de problemas que poderiam advir de uma privatização mal feita, lembrando também da privatização do Alitalia, na verdade, infelizmente, privatização de cinquenta por cento do Município de Anápolis do Pabo, e da mesma forma a advérsia que distava a aquela população. Prossequindo, disse que com a privatização do CESP, parte do adutor do Alitalia, servia como composição para o novo sistema de abastecimento, surgindo assim, uma série de fabricas empregadores e, por certo, o consumidor iria pagar o ponto final. Observou, que para a consecução do Projeto de privatização em Cabo Frio, faltava a autorização da Câmara, que em Araruama, o prelado de autorizar para a privatização, em termos de convênio, fora negado pelo seu legislativo, mas, mesmo assim, o Prefeito assinava o Documento necessário, o que agora estava acarretando Ação Judicial. Afiriu que iria continuar ao lado da Lu, que não resguarda o Palla Neagna, sobretudo pelo seu direito como cidadão e o respeito que era devido aos que lhe haviam confiado um mandato de Vereador, e assim, encerrou sua fala. A seguir, ocupou a tribuna em explicação pessoal, o Vereador Benedito Arcanjo Filho, manifestando integral apoio ao Vereador Osmair Guimarães da Silva, e, da mesma forma ao Vereador Waldir Naveiro de Aquarido, no medido em que era hora da Câmara reagir e definir sua posição quanto as privatizações, mormente as privatizações da CESP e Ceme. Afiriu que a Câmara não podia mais adiar decisões que digam respeito principalmente o relevante interesse coletivo e assim, os compromissos de campanha tinham que ser honrados, sob pena do Município ser alvo de críticas das

mais contundentes. Finalizando, elocui que ante o clamor popular a Câmara, por seus Vereadores não fugiu ao seu dever histórico, ou seja, estar sempre ao lado do povo e na defesa intransigente do império da lei. Sada mais tendo a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus, marcando Extraordinária para dentro de dez minutos. E, para encerrar, mandou que se lavasse a presente Ata, que depois de lida, oclmehda e Apreciação Plenária, aprovada, em a serado para que produza seus efeitos legais.

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Ata da Junta Geral Extraordinária do Sumero Lido legislativo da Câmara Municipal de Cabo Frio, realizada no dia (05) cinco de maio do ano de (1998) mil novecentos e noventa e oito.

As ante horas do dia (05) cinco de maio do ano de (1998) mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do Vereador Waldir Raulino de Aguiar Neto, e com o comparecimento do Primeiro Secretário pelo Vereador Luiz Benedito Arcunjo Filho, reuniu-se Extraordinariamente a Câmara Municipal de Cabo Frio. Após a leitura, responderam a chamada regimental os seguintes Vereadores: Carlos Bezerra de Esquerdo, Antônio Carlos de Carvalho Sândade, Edson Silva Magalhães, Eduardo Correia Kila, Epitácio Antônio Guimarães Branger, Jaime dos Santos Mendes, Leaquim Schmidt, Manoel Jobino do Filho, Ricardo Sândade Correia, Rana Guzhadoro Ramos Rêinica, Milton Roberto Ferraz de Souza, Omar Camparo do Filho, Silas Rodrigues Bento e Volney Rodrigues do Filho. Havendo número regimental, o Senhor Presidente declarou aberta a presente Sessão em nome de Deus. A seguir, o Senhor Presidente colocou em discussão parecer favorável da Comissão de Redação Final ao Projeto de Resolução nº 004/98. Após as discussões, foi colocado em Apreciação, sendo aprovada o parecer favorável da Comissão de Redação Final ao Projeto de Resolução nº 004/98. Sada mais tendo a falar, o Senhor Presidente encerrou a presente Sessão em nome de Deus. E, para encerrar, mandou que se lavasse